



APLICATIVO CRIADO NA UFRJ É ARMA NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Página 7



#direitodoprofessor

AdUFRJ lança campanha para garantir direito aos adicionais de risco à saúde

Os professores que trabalham sob condições que ameaçam a saúde têm direito a adicionais de insalubridade, periculosidade e radiação.

Mais de 1.500 docentes já recebem as gratificações. Outros, no entanto, têm direito, mas não estão recebendo. A AdUFRJ quer mapear esse professores e trabalhar para defender o pagamento dos valores devidos. Para isso, o sindicato lançou uma campanha virtual

que combina informação e mobilização. Os interessados devem preencher um formulário eletrônico até o dia 2 de dezembro. Nesse mesmo dia, a direção da AdUFRJ tem uma reunião com a reitoria para discutir o tema e avançar na solução.

Em outra frente, a AdUFRJ está empenhada em auxiliar os professores a enfrentar mais um período de ensino remoto, o 2020.1, que

se inicia em 30 de novembro.

Mal refeitos do PLE e com um curto recesso para descanso, os docentes terão suporte da entidade por meio do SOS Ensino Remoto, um plantão *online* para ajudar a superar entraves tecnológicos e a preparar aulas. Isso enquanto durar a pandemia que impede o ensino presencial, aquele que todos queremos retomar o mais breve possível. **Páginas 3 e 8**

VOCÊ TRABALHA EXPOSTO A AGENTES NOCIVOS?



VOCÊ TEM DIREITO AOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE E RADIAÇÃO. A AdUFRJ ESTÁ COM VOCÊ!

Preencha o formulário:
bit.ly/seudireitoaoadicional

SEU ADICIONAL FOI CORTADO?



VOCÊ TEM DIREITO AOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE E RADIAÇÃO. A AdUFRJ ESTÁ COM VOCÊ!

Preencha o formulário:
bit.ly/seudireitoaoadicional

VOCÊ PEDIU À REITORIA PARA DEVOLVER O ADICIONAL CORTADO?



VOCÊ TEM DIREITO AOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE E RADIAÇÃO. A AdUFRJ ESTÁ COM VOCÊ!

Preencha o formulário:
bit.ly/seudireitoaoadicional

EDITORIAL

É PRECISO AVANÇAR

DIRETORIA

Nas próximas semanas, estaríamos nos preparando para concluir o ano de 2020. Uma parte dele com certeza se extinguirá, e não deixará saudades. Mas, para muitos de nós, ele apenas começa, com o início oficial de 2020.1 marcado para segunda-feira, 30 de novembro. Até o fechamento desta edição, o Siga não estava numa situação muito amigável. Segundo explicações oficiais, a sobrecarga de lançamento de notas e inscrição em disciplinas feitas simultaneamente e em tão curto espaço de tempo estariam causando as dificuldades. Vamos ver o que ocorrerá durante a próxima semana. Muito além do Siga, no entanto, estão os acontecimentos de domingo, com o segundo turno das eleições municipais. Podemos confirmar um quadro mais otimista para 2021 caso as principais batalhas sejam vencidas por candidatos do campo progressista e de esquerda.

Mesmo assim, as perspectivas para o que virá ainda são as mais sombrias: o corte no orçamento das universidades, a devastação no CNPq e na Capes, as nomeações de reitores sem legitimidade estão aí a nos desafiar. Mal tivemos tempo para comemorar a derrota de Trump nas eleições dos EUA. Em 19 de novembro, véspera do Dia da Consciência Negra, a morte por espancamento de Beto Freitas no Carrefour de Porto Alegre trouxe um doloroso *dêjá vu*, que se repete em nosso cotidiano de violenta exclusão e de racismo impune. É a face mais hedionda de um

As perspectivas para o que virá ainda são as mais sombrias: o corte no orçamento das universidades, a devastação no CNPq e na Capes, as nomeações de reitores sem legitimidade estão aí a nos desafiar

racismo estrutural, que é capaz de sustentar uma história que ofende os fatos que se apresentam de forma incontornável, e permite que os ocupantes do Planalto avancem com desfaçatez sobre a sociedade afirmando que ele, o racismo, não existe no Brasil. A pergunta que merece ser feita é a de assombro em relação ao modo quase pacífico de nossas instituições atravessarem essa tormenta. Sim, há aqui e ali alguma resistência, algum ganho.

É verdade que avançamos, o gabinete do ódio perde espaço, os antidotos vão se espalhando e as fakenews vão sendo um pouco mais controladas. Também podemos nos agarrar à ideia de que, há alguns anos, a morte de Beto sequer seria notícia. E não lembraríamos de Amarildo Dias de Souza, Claudia Silva Ferreira, Winner Nascimento, Marcos Vinícius, Ágatha Félix, João Pedro, Miguel Otávio. Eles sequer teriam seus nomes reconhecidos e suas mortes não passariam de pequenas notas. A execução de Marielle Franco talvez tenha sido o maior erro de cálculo que já fizeram. Ela nos faz falta, e a impunidade de seus assassinos é a pedra que precisa ser removida de nossos caminhos. Mas apesar da impunidade, sem medo de enfrentar as mais adversas situações, um verdadeiro exército de Marielles se pôs em marcha. Há então alguma novidade no cenário. E também na UFRJ. Os docentes negros e negras se movimentam, se organizam. É uma ação inédita, que irá movimentar e desafiar as nossas estruturas. Portanto, tiremos desse quadro tão contraditório o alimento de nossas esperanças.

PROFESSOR DA BOLA



O ADEUS A MARADONA, UM GÊNIO INDOMÁVEL

Uma multidão apaixonada tomou as ruas de Buenos Aires e de várias cidades do mundo nesta quinta-feira (26) para se despedir de um dos maiores mitos que o futebol já produziu, o genial e polêmico Diego Armando Maradona. Dono de uma habilidade ímpar com a pelota nos pés, "el Diez", como muitos hermanos o chamavam, morreu na quarta-feira (25), aos 60 anos, em Tigres, região metropolitana da capital, onde se recuperava de uma cirurgia.

Dentro das quatro linhas, entre gols de antologia e títulos memoráveis, Maradona será eternamente lembrado pela conquista da Copa do Mundo de 1986, no México, quando marcou duas vezes no histórico jogo das quartas-de-final contra a Inglaterra: o famoso gol de mão (*la mano de Dios*) e o mais belo de todas as Copas, em que driblou meio time adversário antes de estufar as redes. Os dois países haviam protagonizado quatro anos antes a Guerra das Malvinas, vencida pelos ingleses. A "revanche" na Copa de 1986 consagrou Maradona como ídolo internacional e, na Argentina, alçou-o à condição de mito.

O velório de Maradona na Casa Rosada, sede do governo argentino, teve momentos de comoção e confusão, de tristeza e de euforia. Nada melhor para a despedida de quem foi um gênio indomável também fora de campo, na defesa de suas convicções, como o apreço ao regime cubano de Fidel Castro e Che Guevara, e no enfrentamento de suas mazelas, como o vício em drogas. Um gênio único e arrebatador.



LIÇÕES CONTRA O RACISMO

GUILHERME GONÇALVES/FOTOSPÚBLICAS



ATOS ANTIRRACISTAS SE ESPALHAM PELO PAÍS

O brutal assassinato do cidadão negro João Alberto Silveira Freitas, de 40 anos, espancado até a morte por dois seguranças brancos a serviço do supermercado Carrefour, em Porto Alegre, na véspera do Dia da Consciência Negra, causou uma onda de indignação por todo o país. Desde então, as lojas da rede de varejo têm sido alvos de manifestações antirracistas que exigem a punição dos culpados. Além dos seguranças Magno Braz Borges e Giovane Gaspar da Silva, a polícia também prendeu a fiscal Adriana Alves Dutra, que não impediu a agressão, filmou tudo e ainda intimidou clientes que condenaram a violência.

Os protestos aconteceram em todas as regiões. Na capital paulista, artistas e voluntários pintaram a frase "Vidas Pretas Importam" em um trecho de 180 metros da Avenida Paulista. No Distrito Federal, manifestantes com cruzes nas mãos foram para a porta de lojas do Carrefour pedir a clientes que boicotassem o supermercado. No Rio, o protesto fechou uma unidade da rede na Barra da Tijuca, na Zona Oeste. O Carrefour também foi forçado a cerrar as portas em unidades em Curitiba, Belo Horizonte, Porto Alegre e várias outras cidades.

REPÚDIO À BARBÁRIE

O Conselho Universitário do dia 26 aprovou moção de repúdio à morte de João Alberto Silveira Freitas, proposta pela congregação do Instituto de Física. Diz o texto: "O Conselho Universitário, em sessão ordinária de 26 de novembro de 2020, manifesta sua profunda consternação com o assassinato de João Alberto Silveira Freitas, mais uma entre tantas vidas negras perdidas com o mesmo tipo de violência. É fundamental reconhecer as feridas do racismo institucional e sistêmico no Brasil e sua origem na escravidão. Nos manifestamos contra a violência, a discriminação e o racismo em suas formas individual, estrutural ou institucional. Ninguém deve ter sua vida em risco pela cor da sua pele, religião, orientação sexual, gênero ou deficiência".

COMBATE ÀS FRAUDES

O Consiuni do dia 26 estabeleceu as normas para apuração de eventuais fraudes às cotas raciais nos cursos de graduação da UFRJ. Se confirmadas as denúncias, as matrículas dos estudantes serão canceladas e os documentos dos processos serão encaminhados para o Ministério Público Federal. O documento prevê que as denúncias de eventuais fraudes deverão ser recebidas exclusivamente pela Ouvidoria da universidade. O órgão encaminha a denúncia à Pró-reitoria de Graduação, que deverá convertê-la em processo administrativo ou arquivá-la. Instaurado o processo, o aluno será intimado a comparecer diante da comissão de heteroidentificação, que tem como função apurar a veracidade da autodeclaração feita antes do ingresso nos cursos.

AGENDA: 15/12 - Segundo encontro dos docentes negros da UFRJ.

PROFESSOR, SEU ADICIONAL FOI CORTADO?

A AdUFRJ vai mapear os docentes com direito aos adicionais ocupacionais que não estão recebendo as gratificações de insalubridade, periculosidade ou radiação. Participe da campanha!

KEVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

A AdUFRJ lançou na última quinta-feira, 26, uma campanha para identificar quem tem direito aos adicionais de insalubridade, periculosidade ou radiação, mas não está recebendo os valores. No próximo dia 2, a diretoria do sindicato fará uma reunião com a reitoria para discutir as dificuldades administrativas enfrentadas para a obtenção do benefício.

Mais de 1.500 professores já recebem os adicionais na universidade, segundo dados da Pró-reitoria de Pessoal (PR-4) de outubro deste ano. Mas vários docentes se queixam à assessoria jurídica da AdUFRJ sobre solicitações não atendidas. O problema afeta tanto quem faz os pedidos pela primeira vez, quanto aqueles que pedem a reinclusão dos adicionais nos contracheques, quando o professor sofre o corte por algum motivo — a PR-4 não respondeu à reportagem quantas solicitações estão pendentes no setor responsável, até o fechamento desta edição.

A AdUFRJ está realizando seu próprio mapeamento dos casos. Para participar, é necessário preencher um formulário eletrônico — disponível até o dia 2 em bit.ly/seudireitoaoadicional. No *link*, entre outras informações, os interessados devem dizer em qual unidade trabalham, que tipo de benefício deveriam receber nos contracheques e por que os valores foram cortados. Aqueles que já enviaram seus dados para os represen-

tantes da AdUFRJ na sua unidade não precisam fazê-lo novamente.

Desde quinta-feira (26), quatro *cards* virtuais ilustrados com os tradicionais símbolos de alerta das situações de risco estão em todos os canais digitais do sindicato. A campanha convida os professores ao preenchimento do formulário virtual.

Assessoria jurídica da AdUFRJ, Ana Luísa Palmisciano explica que, a partir dos dados obtidos, será possível encaminhar um pedido de solução administrativa junto à reitoria. Dependendo das respostas da administração central, não está descartada a opção de uma ação coletiva para preservar os direitos dos docentes. "Há demora nas avaliações e perícias que não são concluídas por falta de equipamento ou material. A assessoria tem atendido muitos casos assim e já fez ações individuais", afirma a advogada.

Presidente da AdUFRJ, a professora Eleonora Ziller reforça a importância da iniciativa: "Esse assunto da insalubridade vem caminhando — e 'tropeçando' — na universidade há muito tempo. Já temos levantamentos iniciais que foram feitos pelos representantes no Instituto de Química e no campus de Macaé".

Eleonora ressalta que o direito ao adicional ganhou mais urgência há poucos meses: em setembro deste ano, o STF reconheceu que funcionários públicos podem converter o tempo especial trabalhado em condições de risco à saúde em um tempo comum, ampliando o período de contribuição. A medida permite ao servidor antecipar a aposentadoria.

Participe e avise os colegas!



VOCÊ TEM DIREITO AOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE E RADIAÇÃO. A AdUFRJ ESTÁ COM VOCÊ!

Preencha o formulário:
bit.ly/seudireitoaoadicional AdUFRJ

VOCÊ TRABALHA EXPOSTO A AGENTES NOCIVOS?



VOCÊ TEM DIREITO AOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE E RADIAÇÃO. A AdUFRJ ESTÁ COM VOCÊ!

Preencha o formulário:
bit.ly/seudireitoaoadicional AdUFRJ

INTERVENÇÃO NA FEDERAL DO SERGIPE

Mais uma intervenção do governo Bolsonaro em universidades e institutos federais, a 17ª em apenas 23 meses de gestão. Em portaria publicada no Diário Oficial da União de segunda-feira (23), o MEC designou a professora Liliádia da Silva Oliveira Barreto como reitora interina da Universidade Federal de Sergipe (UFS). A medida foi tomada pelo MEC após o Ministério Público Federal (MPF) abrir inquérito para apurar denúncia de irregularidade na formação da lista triplíce. As entidades representativas dos professores, técnicos-administrativos e estudantes — responsáveis pela denúncia — argumentam que a reitoria ignorou a consulta à comunidade acadêmica durante o processo. Em nota divulgada na manhã de quinta (26), a reitoria *pro tempore* informou que vai trabalhar "para a realização proba e legítima de novas eleições, promovendo a Consulta Pública à comunidade acadêmica e a reunião do Colégio Eleitoral Especial". A conferir. Ao menos uma boa notícia veio da capital federal: a professora Márcia Abrahão foi reconduzida à reitoria da Universidade de Brasília, em decreto publicado no dia 20. Crítica do governo, a docente havia ficado em primeiro lugar na consulta à comunidade acadêmica e no Colégio Eleitoral.

INTERVENTÔMETRO

17 X SOFRERAM INTERVENÇÃO: Nomeado o 2º colocado: UFS - UFTM - IFSC - UFPI

Nomeado o 3º colocado: Unifesspa - UFRGS - UFFS - UFRB - UFC - UFRSA - UFVJM - UFPPB

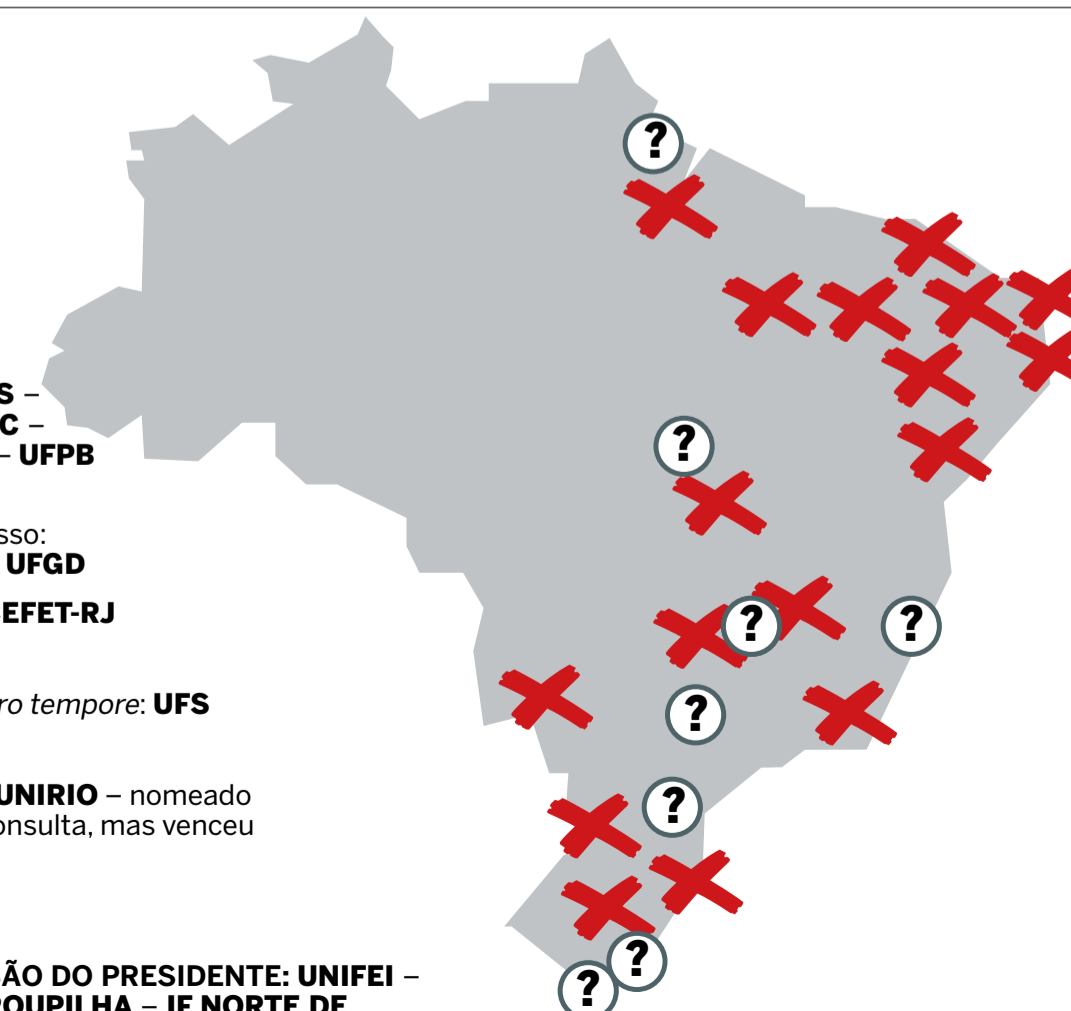
Nomeado não participou do processo: UNIVASF - IFRN - UFGD

Nomeado de fora: CEFET-RJ

1 Designada reitora *pro tempore*: UFS

1 CASO SINGULAR: UNIRIO - nomeado não participou da consulta, mas venceu no Colégio Eleitoral

2 AGUARDAM DECISÃO DO PRESIDENTE: UNIFEI - UFSCAR - IF FARROUPILHA - IF NORTE DE MINAS GERAIS - IF RORAIMA - UFPR - UFPEI - UFU





#VOLTEPRACASA

> Relaxamento das medidas de isolamento social provocou explosão de casos de covid-19 em todo o Brasil. Notas de professores da UFRJ debatem o tema há três semanas

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

Os brasileiros enfrentam nova disparada da covid-19, com o expressivo aumento de até 57% na média de novos casos em relação a duas semanas atrás. É o maior índice desde setembro. A média móvel de mortes aumentou 51% no mesmo período. Também explodiu a procura por leitos de UTI. No Rio de Janeiro, a ocupação beira os 100%.

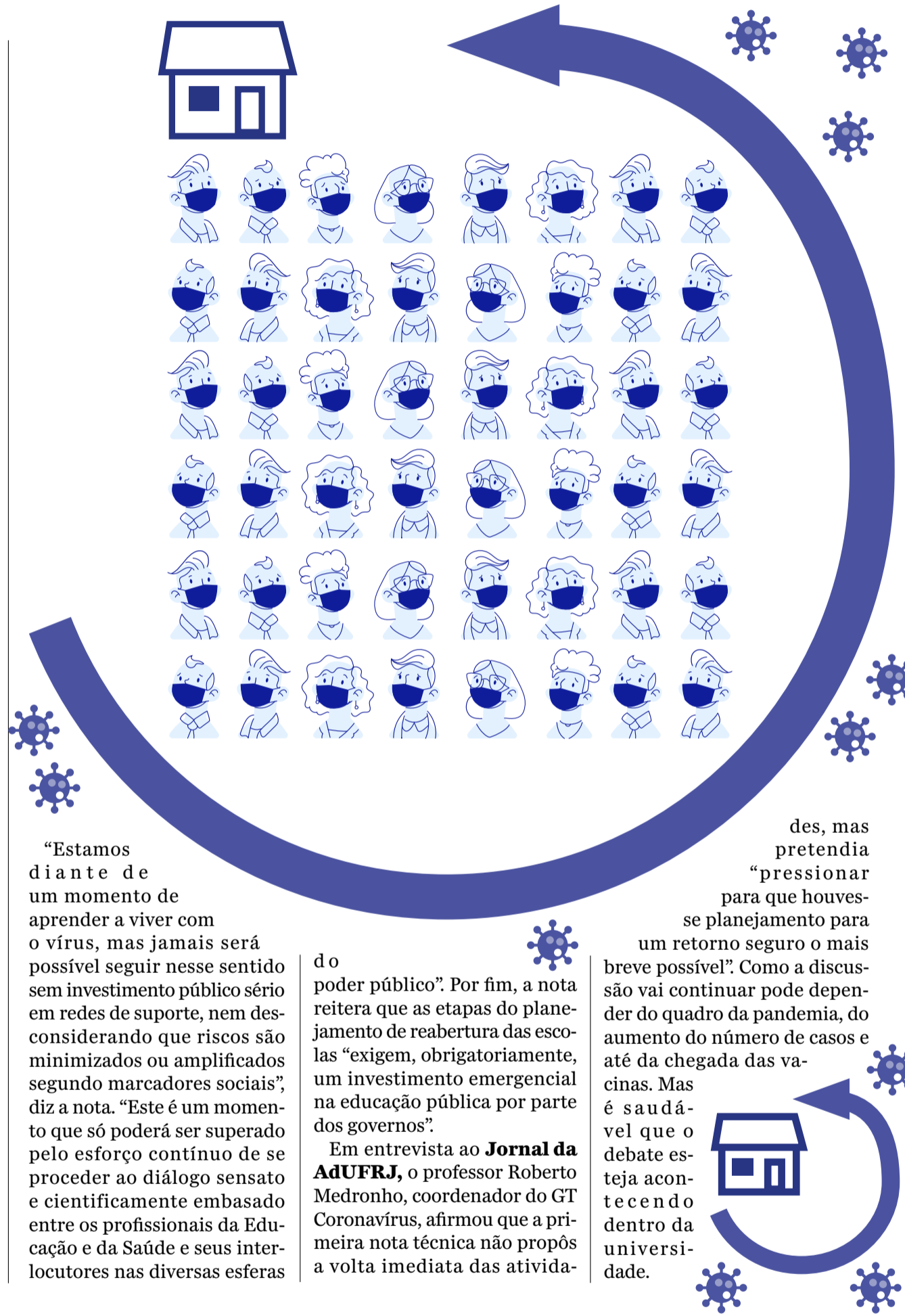
O recrudescimento da doença coincide com o relaxamento das medidas de isolamento social. “Todo mundo voltou para a rua. Principalmente os jovens”, lamenta a professora Ligia Bahia, uma das maiores autoridades brasileiras em saúde coletiva. Em entrevista à AdUFRJ (leia a íntegra na página ao lado), ela pondera sobre a existência de uma segunda onda de contaminação no país. “Aqui no Brasil temos características de uma segunda onda porque na realidade nós sempre mantivemos níveis elevados de taxa de transmissão, embora o pico tenha sido em maio”, explicou.

O crescimento dos casos amplificou, dentro da universidade, a discussão sobre a volta às aulas presenciais nas escolas de ensino fundamental. Nas últimas quatro semanas, professores da UFRJ escreveram três notas sobre o assunto. A primeira, publicada em 30 de outubro, foi elaborada pelo GT Coronavírus da UFRJ, e defendia a volta das aulas presenciais nas escolas da rede pública do Rio. O documento apontava uma lista de 17 medidas para combater a disseminação do vírus nas escolas, entre elas a higienização das

mãos, uso de máscara, adequação do espaço escolar para que haja distanciamento e ventilação e o monitoramento de casos e da situação epidemiológica. O texto se apoiava em estudos que mostram que o índice de contágio de criança para criança é baixo, e ponderava sobre o impacto do fechamento das escolas na saúde física, mental e socioafetiva da criança no contexto familiar.

A posição do GT da UFRJ gerou reações negativas na universidade. No dia 10 de novembro, um grupo de professores da Faculdade de Educação publicou uma carta aberta, em tom sarcástico, endereçada à nota técnica. Na carta, o grupo questiona o conhecimento da “Nota Técnica” para tratar de educação, e chega a oferecer “fazer uma lista bibliográfica bacana, para você ir se apropriando do que é a escola pública brasileira”. A mensagem afirma que a nota não conhece a realidade da educação brasileira, e que os protocolos de segurança são inexequíveis na estrutura das escolas públicas do país.

Após intensas discussões, uma nova nota foi publicada no dia 17, com a assinatura do GT Coronavírus, da direção da Faculdade de Educação, do Colégio de Aplicação e pela coordenação do Complexo de Formação de Professores. Essa segunda nota aprofunda o debate sobre o papel da escola e os riscos inerentes à pandemia e ressalta que a decisão de abrir ou não um colégio não pode “prescindir do diálogo com os professores, demais profissionais das unidades escolares e pais ou responsáveis dos estudantes”, e que é responsabilidade do Estado garantir a segurança sanitária para a reabertura.



“Estamos diante de um momento de aprender a viver com o vírus, mas jamais será possível seguir nesse sentido sem investimento público sério em redes de suporte, nem desconsiderando que riscos são minimizados ou ampliados segundo marcadores sociais”, diz a nota. “Este é um momento que só poderá ser superado pelo esforço contínuo de se proceder ao diálogo sensato e cientificamente embasado entre os profissionais da Educação e da Saúde e seus interlocutores nas diversas esferas

des, mas pretendia “pressionar para que houvesse planejamento para um retorno seguro o mais breve possível”. Como a discussão vai continuar pode depender do quadro da pandemia, do aumento do número de casos e até da chegada das vacinas. Mas é saudável que o debate esteja acontecendo dentro da universidade.

do poder público”. Por fim, a nota reitera que as etapas do planejamento de reabertura das escolas “exigem, obrigatoriamente, um investimento emergencial na educação pública por parte dos governos”.

Em entrevista ao **Jornal da AdUFRJ**, o professor Roberto Medronho, coordenador do GT Coronavírus, afirmou que a primeira nota técnica não propôs a volta imediata das ativida-

NOTAS

ASSEMBLEIA ESCOLHE DELEGADOS PARA POSSE DO ANDES

Os professores da UFRJ reuniram-se em uma Assembleia Geral Virtual na última sexta (27). Na pauta estava a eleição de um delegado para o 10º Conad Extraordinário. O professor Josué Medeiros, diretor da AdUFRJ, foi nomeado o delegado para o Conad, e as professoras Luciana Boiteux e Fernanda Vieira foram escolhidas para serem observadoras. O 10º Conad Extraordinário acontece no dia 1º de dezembro, virtualmente, e vai dar posse à diretoria do Andes para o biênio 2020-2022.

#SUSANAPA

Solidariedade salva vidas!

Campanha de arrecadação solidária para as famílias do Amapá.

Banco do Brasil
Ag: 130-9
C/C: 180000-0
Em nome de:
Sâmela Ramos
CPF: 852288262-20

Para fazer o depósito, mande copia do comprovante para o fone: (91) 9885-0818

ANDES Adufrrj CSP SINDUP Sinstaufap

■ O Amapá vive um cenário de calamidade sem precedentes por causa da crise energética. Ajude!

SERVIDORES ESCOLHEM OS VALORES DA ADMINISTRAÇÃO

Está aberta a segunda etapa do projeto “Valores do Serviço Público Federal”, da Controladoria-Geral da União (CGU), em parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A nova fase consiste na votação, entre os próprios servidores federais, da prioridade dos valores que devem orientar a administração pública. O formulário ficará disponível no link <https://bit.ly/VaLoReS2>, até o dia 30 de novembro. O questionário contém dez valores (integridade, empatia, gentileza, profissionalismo, engajamento, parceria, resiliência, justiça, imparcialidade e vocação pública). Na primeira etapa, foram recebidas 33 mil contribuições, com a indicação de mais de 93 mil sugestões de valores. O resultado da pesquisa será divulgado entre os dias 9 e 11 de dezembro.

ENTREVISTA | LIGIA BAHIA, PROFESSORA DO INSTITUTO DE ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA DA UFRJ

“É PRECISO ATUAR CONTRA O MOVIMENTO ANTIVACINA”

FELIPE ROSA
siqueira79@gmail.com

“Tragédia atrai tragédia. Tivemos tempo e poderíamos tê-lo aproveitado para planejar”, lamenta a professora Ligia Bahia, uma das mais respeitadas especialistas em saúde coletiva do país. Ela analisa o novo aumento da covid-19 e compara as estratégias brasileiras com diretrizes utilizadas por outras nações para enfrentar a pandemia. “A gente tem respostas piores. Bastaria seguir a receita de bolo: *lockdown*, testagem e uma reabertura planejada das atividades econômicas”. Mas nem tudo são más notícias. “A gente vai ter cem milhões de doses muito rapidamente”.

A entrevista foi gravada para o Café com Ciência e Arte, quadro do programa AdUFRJ no Rádio. O programa vai ao ar pela Rádio UFRJ todas as sextas, às 10h, com reprise às 15h.

JORNAL DA AdUFRJ - Há o recrudescimento da covid-19 no mundo inteiro, majoritariamente na Europa e Estados Unidos, mas também aqui no Brasil. Você pode nos explicar se o Brasil está na segunda onda?

Ligia Bahia - Eu penso que o fenômeno biológico da covid-19 é muito complexo e a ciência demora a entender fenômenos biológicos complexos que se justapõem a fenômenos sociais também muito complexos. Vivemos numa humanidade conglomerada, com muita desigualdade social. Em alguns países, a gente pode caracterizar uma segunda onda porque houve redução da taxa de transmissão a quase zero. Em outras nações, essa caracterização talvez não seja adequada porque a taxa de transmissão nunca foi pequena. Houve a manutenção de um platô sempre muito elevado.

“E sabíamos também que essa reabertura caótica que aconteceu no Rio, São Paulo e outros lugares iria provocar esse fenômeno que estamos vendo hoje. Muito ruim, porque são mortes evitáveis.”

No Brasil, a gente teme essa caracterização da segunda onda porque sempre mantivemos níveis elevados de taxa de transmissão, embora o pico tenha sido em maio. O atual aumento não está acontecendo da mesma maneira. Não há um conceito muito claro sobre o que está acontecendo. E isso é ruim porque se exige da ciência respostas e nem sempre a ciência tem respostas tão precisas. É semelhante ao que aconteceu com a Aids. Demorou bastante tempo para a gente compreender como era a forma de transmissão e o que se podia fazer.

Aproveitando sua comparação, você acha que hoje estamos mais preparados para lidar com uma pandemia do que lá na época da Aids?

A Aids tinha altíssima letalidade, mais do que temos com a covid-19, e atingia fortemente a parcela jovem da população. Era uma tragédia do ponto de vista social e geracional bastante intensa. Hoje temos mais capacidade de compreensão, até porque a humanidade lidou com outras epidemias e pandemias de síndromes respiratórias de lá para cá. Basta ver a experiência dos países orientais. A resposta é espetacular. A gente tem respostas piores, como infelizmente as do nosso país e dos Estados Unidos, respostas intermediárias, como as dos países da Europa, e respostas excelentes dos países orientais. O que demonstra que bastaria seguir a receita de bolo: *lockdown*, testagem e uma reabertura planejada das atividades econômicas. É claro que isso é mais fácil em países com economias mais fechadas, mas temos respostas interessantes em países europeus, como a Alemanha, que respondeu muito rapidamente também à segunda onda.

Como as diferentes regiões do Brasil estão lidando com a pandemia e como o SUS está agindo nesse combate, tanto do ponto de vista da potência



“O plano de vacinação que foi exigido pelos órgãos que tomam conta das contas públicas não foi entregue. Houve um prazo para que este plano fosse apresentado, mas não foi entregue.”

do surto, como da capacidade de resposta à doença?

Tragédia atrai tragédia. O Brasil teve um tempo para fazer o planejamento, porque o primeiro caso ocorreu em dezembro e aqui no Brasil chegou no final de fevereiro. Tivemos tempo e poderíamos tê-lo aproveitado para planejar. É claro que qualquer processo de transmissão de doença infecciosa anda geograficamente e nós sabíamos que ia andar aqui no Brasil. Sabíamos que as cidades mais afetadas num primeiro momento seriam Manaus, Fortaleza, Rio... São cidades que recebem habitantes do país e também do exterior. Sabíamos também que depois a doença ia descer para a região Sul do Brasil e temos hoje um gaúcho famoso, o Osmar Terra, com covid-19. Um parlamentar que sempre negou a doença, disse que era gripezinha, que ia se curar com cloroquina, está internado com covid-19. Então, tudo que aconteceu nós

previmos. E sabíamos também que essa reabertura caótica que aconteceu no Rio, São Paulo e outros lugares iria provocar esse fenômeno que estamos vendo hoje. Muito ruim, porque são mortes evitáveis. Não é natural. É claro que todos morreremos em algum momento, mas não necessariamente de covid-19.

Nessa última semana, fomos sacudidos pelas boas novas da eficiência das vacinas da Pfizer, da Moderna, da AstraZeneca. Aparentemente são vacinas muito bem-sucedidas. Qual tempo será necessário para termos parte considerável da população brasileira vacinada?

Esta é uma pergunta muito importante e inclusive há uma notícia um pouco preocupante no jornal Valor Econômico. O plano de vacinação que foi exigido pelos órgãos que tomam conta das contas públicas não foi entregue. Houve um prazo para que este plano fosse apresentado, mas não foi entregue. Os primeiros a serem vacinados serão os profissionais de saúde. A gente teve um número enorme de profissionais de saúde que morreram vítimas da covid-19, inclusive da UFRJ. Depois, certamente virão os idosos e pessoas com comorbidades. Acredito que estes grupos correspondam ao número de vacinas que o Brasil consegue produzir, tanto se for a Sinovac, do Butantan, quanto a do consórcio de Oxford, do qual a Fiocruz participa. A gente vai ter cem milhões de doses muito rapidamente, que devem ser aplicadas ao longo do primeiro semestre. Com isso alcançamos metade da população. E a outra metade deverá ser imunizada no segundo semestre de 2021. Com certeza a notícia da eficácia de 95% é muito promissora, porque nós esperávamos uma eficácia bem menor, de 50%, 60%, 70%. Tendo essa eficiência tão alta já reduzirá muito a transmissão. Mas é preciso atuarmos contra o movimento antivacina. Eu acho que a UFRJ e a AdUFRJ têm um papel muito importante nesse aspecto.



Às vésperas de 2020.1, prós e contras do PLE

> Próximo semestre letivo já começa no próximo dia 30, mas professores estão usando o curto recesso para concluir tarefas do Período Letivo Excepcional, como corrigir provas e lançar notas

LUCAS ABREU E LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufrrj.org.br

As aulas do Período Letivo Excepcional (PLE) acabaram, oficialmente, no dia 16 de novembro. Na prática, os professores ainda correm contra o tempo para corrigir provas, lançar notas e organizar o próximo semestre letivo, que já começa na próxima segunda-feira, 30 de novembro. Mesmo exaustos, os docentes também avaliaram a inédita experiência do ensino remoto para o **Jornal da AdUFRJ**, na terceira matéria da série sobre o PLE.

Coordenadora do curso de Nutrição, Ana Luisa Faller identificou dois perfis de alunos durante o PLE: alguns inseguros com o novo formato, e outros que precisavam adiantar o curso e aproveitaram o período excepcional para isso. “Uma reclamação frequente foi que nos dois primeiros períodos temos disciplinas focadas na área de Saúde, como Fisiologia. Dentro do instituto conseguimos uma boa oferta de disciplinas, mas nas outras unidades não tivemos um número suficiente de vagas”, disse Ana. A professora contou que muitos alunos da Nutrição não conseguiram se inscrever em nenhuma disciplina no PLE. “Agora em 2020.1, depois de fazer um questionário com nossa comunidade acadêmica em que perguntamos o número adequado de disciplinas a ser ofertado,



“É um período curto para fazer um encerramento, descansar o professor e o aluno. Teve professor que usou até o último dia para dar seu conteúdo”

ANA LUISA FALLER
Coordenadora do curso de Nutrição

vamos conseguir oferecer mais disciplinas, abrangendo todos os estudantes”.

Com o PLE, a coordenadora percebeu a necessidade de adaptação, seja de alunos ou de professores, em termos de organização da matéria e plano de aula. “O que eu vejo na Nutrição é que, como a gente não costumava mesclar os métodos educacio-

pois muitos professores não tinham qualquer experiência com isso. “A principal crítica foi a reinterpretação do que seria um período “excepcional”, extra, como parte de 2020.1, o que prejudicou principalmente os alunos”, afirmou. Para o professor, a organização do próximo período “é impossível”. “O intervalo de 15 dias, para os docentes, não é um intervalo, porque após o fim das aulas é necessário avaliar os alunos, corrigir, lançar notas e planejar a disciplina do período seguinte. É impossível gozar férias nesse calendário”, disse.

Embora ainda não tenha tido tempo de fazer uma avaliação mais profunda do PLE, a professora Erica Polycarpo, coordenadora do curso de bacharelado em Física, vê sinais positivos. “Os alunos se adaptaram bem, oferecemos todas as disciplinas em número normal de vagas”, contou. Para Erica, o pouco tempo entre o fim do PLE e o começo do próximo período dificulta essa avaliação. “Estamos fazendo inscrição de disciplinas sem os professores terem lançado as notas. Complica um pouco para fazer essa avaliação, vamos ter que esperar um pouco mais”.

Segundo a coordenadora, os professores estavam apreensivos com os desafios que o ensino remoto poderia trazer, mas o resultado foi positivo. “Foi muito melhor do ficar parado”, avalia. Erica Polycarpo ainda destacou que o cansaço no final do período foi uma constante entre professores e alunos, situação

criada pela curta duração do PLE e agravada pelo período exíguo de férias.

Na Escola Politécnica, a professora Adriana Rocha, coordenadora dos cursos de Engenharia Metalúrgica e de Engenharia de Materiais, também viu pontos positivos. “Para minha surpresa, tenho recebido agora, no final do período, muitos testemunhos de professores que se adaptaram bem às aulas remotas”, contou.

Ela ressalta um movimento de solidariedade entre os professores no período: os que tinham mais familiaridade com a tecnologia ajudaram os que não tinham. Segundo ela, os alunos também se adaptaram rápido, embora alguns tenham passado por problemas técnicos, e houve a compreensão e a solidariedade dos professores nesses casos.

Adriana destaca que houve uma boa adesão dos seus cursos ao PLE, com todas as disciplinas sendo ofertadas com o máximo de vagas possível. Mas ao avaliar o PLE como um todo, sua opinião se assemelha à de parte da comunidade universitária. “A percepção é que talvez tivesse sido melhor começar logo 2020.1, ao invés de fazer um PLE. Mas acho que foi a maneira que encontramos de enfrentar o que estava acontecendo”, avaliou a professora. Agora seu curso vai aproveitar o período 2020.1 para ajudar os alunos a colocarem em dia suas disciplinas, e priorizando um novo grupo de alunos formandos, assim como foi feito no PLE.

CORRERIA PARA INSCRIÇÕES NO SIGA E NA JIC

O pequeno recesso entre o PLE e 2020.1 foi marcado pelas inscrições em disciplinas no Siga (Sistema Integrado de Gestão Acadêmica) e o prazo final para submissão de trabalhos à JIC, a Jornada de Iniciação Científica. “Acho que a UFRJ resolveu fazer muitas coisas ao mesmo tempo. A gente está batendo cabeça. Eu começo a trabalhar quando acordo e só paro na hora de dormir”, relatou o diretor de graduação da Escola de Comunicação, Sandro Torres. Para o professor, há uma sobrecarga que deveria ser melhor avaliada em termos de calendário. “Essa semana, tive que lançar as notas do PLE, acompanhar os problemas de matrícula da inscrição em 2020.1, todos os problemas inerentes à direção e me inscrever na JIC”, contou. Sandro acre-

ditada que essa simultaneidade não é produtiva. “Deveria haver uma sensibilidade em relação à conjuntura. Tudo na UFRJ é até dia 27”, disse.

Na Escola Politécnica, o calendário de inscrições também ficou apertado. “Essa semana, nas engenharias Metalúrgica, de Materiais, Ambiental e de Petróleo, estamos fazendo a nossa Jornada de Iniciação Científica interna. Então isso pesou ainda mais. Eu estou correndo atrás para mandar os resumos dos meus alunos para a JIC”, explicou Adriana Rocha, coordenadora dos cursos de Engenharia Metalúrgica e de Engenharia de Materiais da Escola Politécnica. A direção da escola está enviando e-mails diários para todos os professores, lembrando do prazo para o envio dos resumos para

inscrição na JIC. “Acho que vamos tentar cumprir, mas é mais um fator extenuante. E pode ser que o número de trabalhos inscritos seja menor”, avaliou a professora.

Até a quarta-feira (25/11), terceiro dia da inscrição em disciplinas no Siga, a Faculdade de Letras ainda não tinha conseguido abrir todas as turmas no sistema. São cerca de mil turmas, para 36 cursos de graduação. “Não há reclamação sobre o sistema, só é impossível lançar tudo num calendário tão apertado, principalmente por conta da decisão de fechar todas as turmas abertas no início do ano e as unidades terem que abrir todas novamente”, explicou o diretor de ensino de graduação da Faculdade, Humberto Soares. O professor nem cogitou se inscre-

ver na JIC. “Não há tempo nem para pensar sobre isso”, avaliou.

Antonia Pellegrino, membro do DCE e conselheira do CEG, levou ao conselho dessa semana uma pauta sobre o limite de inscrições até 32 créditos somando o PLE + 2020.1. “É uma coisa que está gerando bastante problema. Isso faz com que diversos cursos fiquem completamente parados durante quatro meses. Vários estudantes conseguiram mudar essa regra dentro das congregações, mas infelizmente isso tem prejudicado muitos alunos, que têm cobrado que a gente faça uma discussão mais profunda”, relatou.

Gisele Viana, pró-reitora de graduação, respondeu no CEG que a questão dos 32 créditos está sendo deliberada pelas COAA’s. “Esse número é o teto

máximo e habitual curricular, mas nós entendemos que, na pandemia, nesse período excepcional, a COAA poderá autorizar um número maior”, afirmou. “Este colegiado vai colaborar com a autorização, caso seja aceita pela COAA”, disse.

Sandro Tôres, da Escola de Comunicação afirmou que a partir da informação dada pela PR1 sobre o limite de créditos, o GT de volta às aulas da unidade deliberou que não houvesse limitação. “O GT indicou que nós não limitássemos. O Condep e a congregação aceitaram, e os alunos da Escola de Comunicação não vão precisar se preocupar. Inicialmente vai aparecer como situação pendente, mas no período de confirmação de disciplinas vamos aprovar todo mundo”, explicou.

Aplicativo ajuda a combater a violência contra a mulher

> Criada na UFRJ, ferramenta já está disponível e proporciona canal direto entre as vítimas e a Justiça para pedidos de medidas protetivas. Parceria com TJ-RJ pode ser replicada para outros estados

KIM QUEIROZ
comunica@adufrrj.org.br

Uma parceria entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e a UFRJ vai garantir um maior alcance das medidas de proteção às mulheres ameaçadas ou vítimas de violência doméstica. Desenvolvido por pesquisadores do Centro de Estudos Direito e Tecnologia (Ceditec), o aplicativo Maria da Penha Virtual tem por objetivo simplificar o acesso dessas mulheres à Justiça. A ferramenta já está disponível no portal do TJ-RJ, e inicialmente funcionará apenas no município do Rio de Janeiro.

“Além da pandemia que nós estamos vivendo, existe também uma outra pandemia silenciosa e universal, que é o problema da violência doméstica”, diz Rafael Wanderley, estudante da Faculdade Nacional de Direito (FND) e membro do Ceditec. O crescimento de 50% das denúncias de violência doméstica no Tribunal de Justiça do Rio instigou os pesquisadores a buscarem soluções para esse problema. “Só de março para abril, o número de feminicídios aumentou 22,2%. E agora, sob a ameaça da segunda onda da covid-19, esse número pode voltar a subir”, aponta.

No evento de lançamento oficial, no dia 26, a juíza Adriana Ramos de Mello, titular do I Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, elogiou o empenho da equipe e destacou a relevância do projeto. “Esse aplicativo tem tanto o embasamento constitucional, como também todos os normativos internacionais de direitos humanos, e com certeza deverá ser importado pelos comitês internacionais, pela importância deste trabalho da UFRJ em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro”, declarou.

O Maria da Penha Virtual é um web-app que surge para faci-



litar o encaminhamento dessas denúncias. “É uma ferramenta que não precisa ser baixada, e está disponível para acesso por um link”, descreve Rafael. A tecnologia do site facilita sua disseminação, pois permite que ele se comporte como um aplicativo, com uma interface que se ajusta a todos os dispositivos. A utilização é simples: basta preencher um formulário com informações básicas sobre a agressão sofrida, e este será enviado automaticamente para o juizado mais próximo.

“A vítima vai responder um formulário simples, que é baseado no formulário nacional de avaliação de risco, do Conselho Nacional de Justiça”, conta Rafael. Assim, a mulher pode fazer um pedido por medidas protetivas, como o afastamento do agressor do lar, a proibição de contato, o pedido de pensão alimentícia, e a suspensão do porte de armas. “Esse formulário já afere o risco de morte da vítima, então a própria equipe do tribunal vai avaliar o deferimento de uma medida protetiva”.

Rafael integra o grupo Direito Ágil, startup dedicada à auto-

mação de fluxos processuais, com foco na concretização de direitos. “A gente quer mostrar que o Direito também é capaz de criar inovações, com uma tecnologia jurídica que integra diferentes unidades da universidade”, explica. O estudante ressalta a importância da multidisciplinaridade na realização do projeto. “A universidade tem um grande capital humano, que precisa ser potencializado. Se houvesse uma integração melhor entre as unidades, haveria também muito mais inovação no Brasil”.

O Ceditec, que é constituído por professores e pesquisadores de dentro e fora da UFRJ, busca elaborar estudos interdisciplinares nas áreas de Direito Digital, Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual. “A tecnologia e a inovação não são apenas a criação de grandes robôs, ou as descobertas maravilhosas no campo da Medicina. A inovação pode ser desenvolvida por cursos das áreas de Humanas”, defende a professora Kone Cesário, vice-diretora da FND, e líder da equipe responsável pelo Maria da Penha Virtual. Ela enfatiza que a criação do aplicativo se deu inteiramente a distância, com baixíssimo custo de produção.

Ainda que tenha sido motivado principalmente pela dificuldade de acesso aos órgãos de Justiça durante a pandemia, o projeto não tem data de validade. “Quando a gente estiver em um novo normal, o Maria da Penha Virtual ainda vai ter total importância, pois permite que uma vítima, mesmo tolhida pelo seu agressor, consiga fazer uma denúncia, sem precisar se deslocar”, comenta Kone.

A professora vê o sucesso dessa experiência como um incentivo para outros projetos. “A gente tem na nossa prateleira muita coisa semipronta, possibilidades a serem exploradas nas áreas de Direito Criminal, Ambiental e Racial”, relata. O grupo Direito

“Além da pandemia que nós estamos vivendo, existe também uma outra pandemia silenciosa e universal, que é o problema da violência doméstica”

RAFAEL WANDERLEY
estudante da Faculdade Nacional de Direito (FND) e membro do Ceditec

Ágil tem como foco a concretização de direitos, e é norteador por três dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU: a igualdade de gênero, o acesso à justiça, e parcerias em prol de metas.

“A grande questão sobre o futuro do Maria da Penha é torná-lo um projeto nacional e, se tudo correr bem, entregar isso à ONU para que em outros países essa metodologia de proteção à mulher possa ser implantada”, pontua Hassany Chaves, membro da equipe e analista do Ministério Público Federal. Ele frisa a aplicabilidade do modelo a outras temáticas. “A replicação dessa metodologia é muito simples. A gente já tem um motor criado, a questão agora é aplicar um design específico para cada violação aos direitos humanos”.



MARIA DA PENHA, SÍMBOLO DA ESPERANÇA

A farmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes se tornou um símbolo da luta contra a violência doméstica. Em 1983, seu então marido, o economista e professor universitário colombiano Marco Antonio Heredia Viveros, tentou matá-la duas vezes. Na primeira vez atirou pelas costas enquanto ela dormia, simulando um assalto (mais tarde desmentido pela polícia), deixando Maria da Penha paraplégica. Quatro meses depois, ele tentou eletrocutá-la enquanto ela tomava banho. Ela conseguiu sair de casa e iniciou a luta para punir o agressor. Quase 20 anos depois, seu agressor foi condenado e cumpriu apenas dois anos de prisão. Foi solto em 2004. Em 7 de agosto de 2006, foi sancionada a lei que leva seu nome, hoje a mais abrangente ferramenta legislativa no combate à violência doméstica no país.

ACESSO DIRETO À JUSTIÇA É O DIFERENCIAL

São muitos os caminhos para o pedido de ajuda, mas nem sempre efetivos na resolução dos problemas. O próprio site Maria da Penha Virtual (https://maria-penha-virtual.tjrj.jus.br) indica telefones de contato para que uma vítima de violência doméstica peça ajuda. Mas, se já existem os telefones da polícia, da Defensoria Pública

e das centrais de atendimento à mulher, qual o diferencial deste aplicativo desenvolvido pelos pesquisadores da UFRJ?

“O foco do Maria da Penha Virtual é a concretização do acesso à Justiça”, conta o analista Hassany Chaves, integrante da equipe de desenvolvimento do aplicativo. O estudo realizado pelo Ceditec foi

norteador pela ideia de possibilitar um diálogo direto entre a vítima e o Judiciário. No formulário do site, é possível anexar arquivos de foto, áudio e vídeo para produzir as provas.

“Fizemos uma análise de mercado e vimos que existem diversos aplicativos com o ‘botão pânico’, com assistência jurídica, com

assistência psicológica, mas não tem nada relacionado ao envio automático do pedido de medidas protetivas para o Judiciário”, reforça Rafael Wanderley, estudante da FND. A característica que distingue o Maria da Penha Virtual é a ponte direta gerada, pois a denúncia da agressão é enviada imediatamente para o

juizado. No Rio de Janeiro, são sete juizados especializados em violência doméstica. A partir do endereço informado no formulário, o aplicativo consegue detectar qual é o juizado competente mais próximo, e assim encaminhar para ele o pedido por medidas protetivas.

S.O.S.

ENSINO REMOTO



FELIPE ROSA
Vice-presidente da AdUFRJ

Na segunda-feira, 16 de novembro, a UFRJ finalizou o seu Período Letivo Excepcional, o PLE. Como muitos já haviam antecipado, não foi nada fácil: além de lidar com fardo emocional imposto pelo isolamento social, tivemos de montar cursos em plataformas *online* a partir do zero, resistir às infundáveis horas na frente de variadas telas, viabilizar o atendimento aos alunos com menos acesso, entre outras tarefas. A implementação de um ensino remoto emergencial numa universidade do tamanho da UFRJ é uma empreitada causticamente árdua, e nós professores estamos sentindo isso na pele. Por outro lado, apesar de todo o cansaço e malabarismo, colecionamos muitas histórias de aproximação entre docentes e discentes (e, na minha experiência, uma cumplicidade inédita entre os próprios discentes), além de inúmeras ideias de como fazer ensino de qualidade mesmo em condições anômalas e adversas.

Infelizmente, não apenas a pandemia de covid-19 não está sob controle no Brasil como nas últimas semanas entrou uma perigosa tendência de alta de casos e óbitos em diversos estados, Rio de Janeiro inclusive. Recebemos com muita esperança a notícia de que algumas vacinas se saíram muito bem na fase 3 de testes, mas dificilmente isso surtirá efeito prático em massa antes do início do próximo ano letivo, ao final de junho de 2021. Ou seja, nossa já longa quarentena terá de ser esticada e reiniciaremos 2020.1 – e muito provavelmente 2020.2 – ainda de forma remota. Sabendo disso, é importante que nos preparemos bem, para que:

1. essa jornada seja menos sofrida e mais gratificante para noss@s docentes.

2. a UFRJ assuma uma posição de protagonismo nesse assunto.

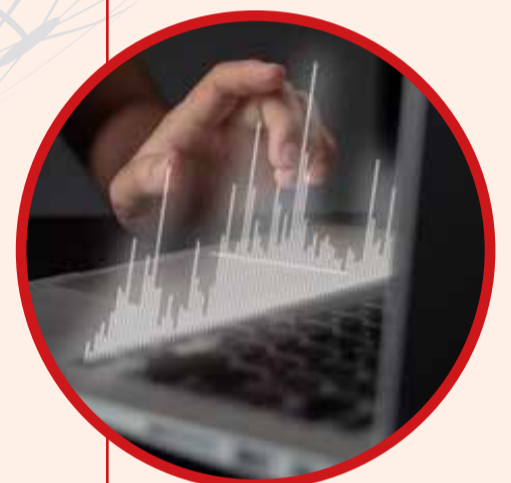
Este segundo aspecto é frequentemente esquecido – e, no debate sindical, francamente ignorado – mas é de fundamental importância, pois quanto melhor for o nosso desempenho em manter as atividades didáticas de qualidade, maior será a nossa legitimidade moral de retornar ao ensino presencial quando as autoridades sanitárias assim indicarem.

Bom, é nesse espírito de solidariedade e responsabilidade que apresentamos nossa iniciativa de auxílio ao docente para o ensino remoto emergencial: o lançamento será na próxima quarta-feira (2), com uma apresentação da consul-



tora educacional **Cristina Mendes** sobre fundamentos do ensino remoto. Ela ficará disponível durante o período de 2020.1 (horários a serem definidos) para sessões de “assistência técnica”, e faremos alguns vídeos curtos com tópicos específicos e dúvidas mais frequentes. É uma contribuição modesta, mas é de coração, e de professor@ para professor@.

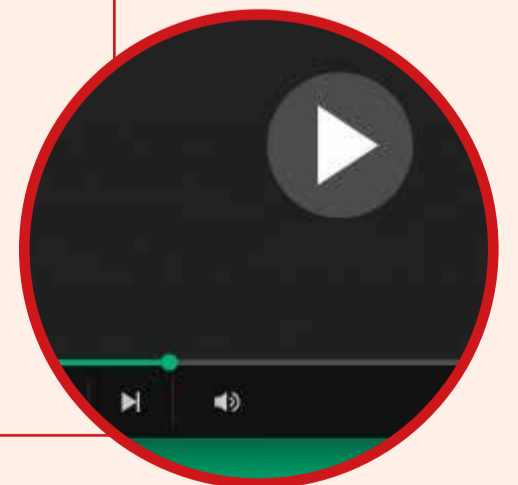
Esperamos você no lançamento!



■ Apresentação ao vivo sobre os fundamentos do ensino remoto



■ Sessões de “tira-dúvida” ao longo do período de 2020.1, em horários a serem definidos



■ Pequenos vídeos sobre tópicos especiais e dúvidas mais frequentes na TV AdUFRJ